

Bird força Mato Grosso a fechar garimpos

Pontes e Lacerda, MT — Fotos de Lucky de Oliveira

Lucky de Oliveira

PONTES E LACERDA, MT- A uma semana da Rio-92 e sob a ameaça de ver cancelado um empréstimo de US\$ 203 milhões do Banco Mundial para o Prodeagro, um projeto de desenvolvimento sustentável, Mato Grosso deixou de lado seu pouco caso com os direitos dos índios, a miséria humana e o meio ambiente e cumpriu ordem da Justiça Federal, retirando milhares de garimpeiros do Vale Guaporé, uma das regiões de solo mais rico da Amazônia.

Alguns desses garimpos ficavam em plena área indígena dos nambiquaras, em Pontes e Lacerda, município no Oeste do estado, a uns 500 km de Cuiabá. Foi preciso que, numa reunião no início do mês em Washington, os técnicos do Bird dissessem claramente ao governador Jaime Campos que o empréstimo não se concretizaria, para que a área Sararé, dos nambiquaras, fosse desocupada.

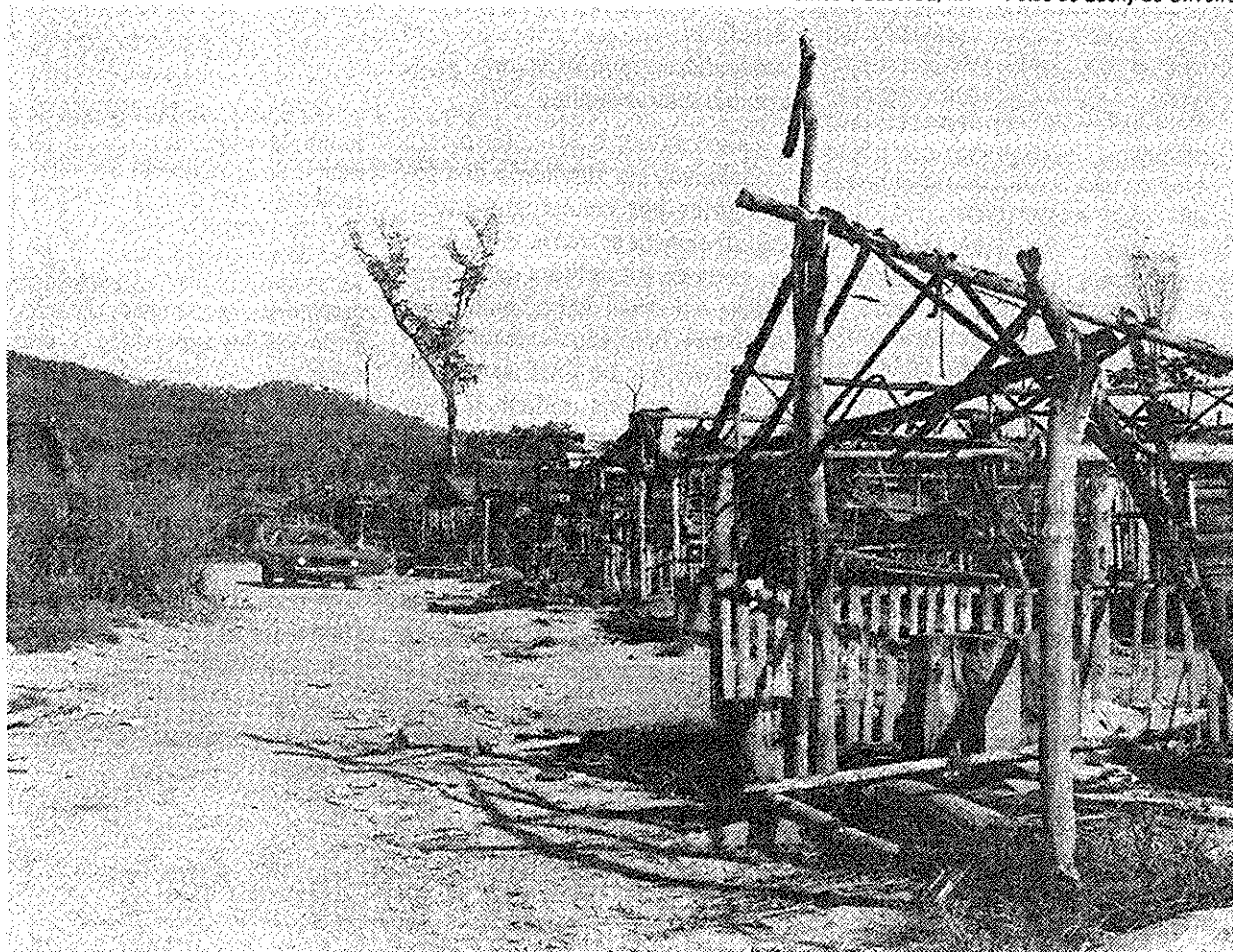
Mas se o problema dos índios e o do governador foram resolvidos, criou-se um terceiro problema, social, dos garimpeiros expulsos, sem trabalho, sem comida e sem ajuda, amontoados em um acampamento às margens do poluído Guaporé.

Febre do ouro mudou cidade

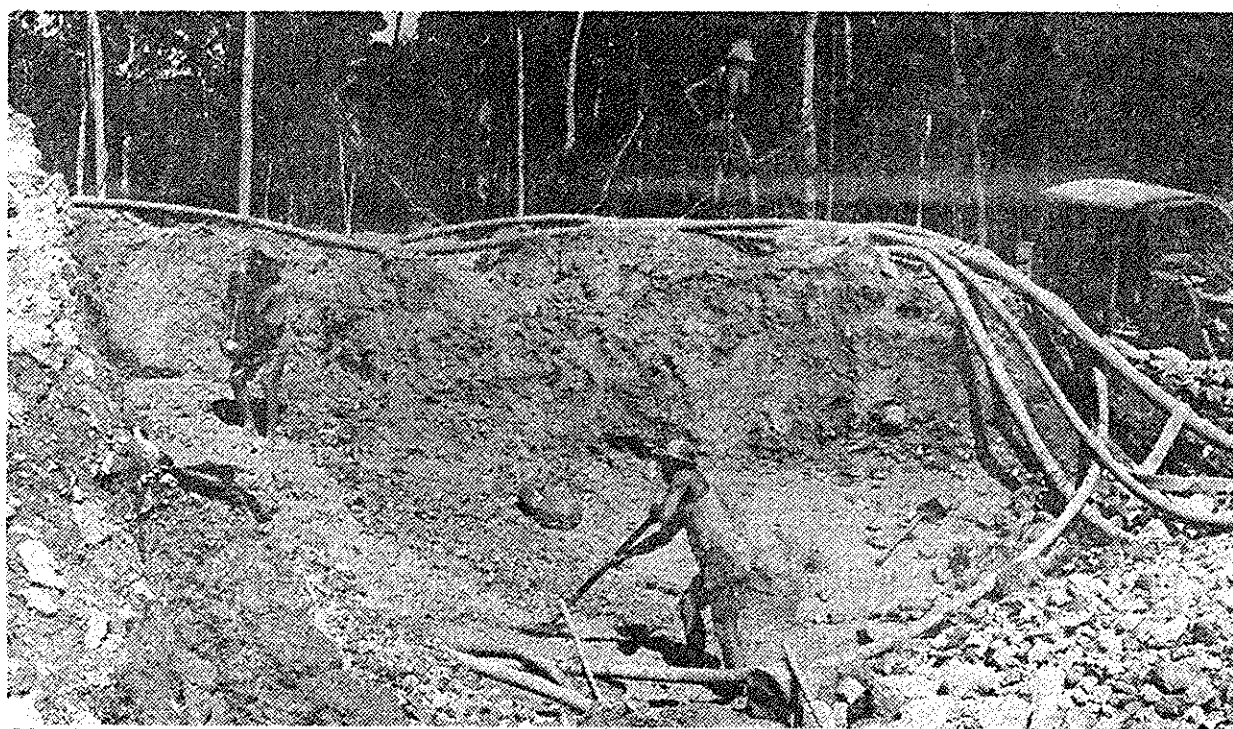
Os garimpeiros do Sararé contribuíram com a maior parte da produção de ouro de Pontes e Lacerda no ano passado, um total de 1.670 quilos contabilizados pelo Banco Central, elevando a região à condição de quarta maior produtora do estado, que por sua vez somou 27.452 quilos, ocupando o topo do ranking nacional, segundo José Antônio Alves dos Santos, chefe do DNPM em Mato Grosso.

Ao mesmo tempo em que enriqueceram os comerciantes, principalmente os de equipamentos para garimpos, a febre do ouro trouxe para a cidade — que tem cerca de 20 mil habitantes — a alta do custo de vida. Qualquer casebre era alugado por Cr\$ 200 mil, e a cerveja, bebida de maior consumo, atingiu Cr\$ 3 mil a Cr\$ 4 mil a garrafa. No garimpo, dobrava. Nunca Pontes e Lacerda viu tanto dinheiro correr como no período de vigência do garimpo, movimentando pelo menos 80% do comércio. Na avenida principal da cidade, a Marechal Rondon — homenagem ao 'pacificador' dos nambiquaras — havia pelo menos uma dezena de pontos de compra de ouro e seus bares ferviam de ávidos consumidores.

Mas, se o garimpo esbajava riqueza, retratado pelos veículos novos e pelas mansões com parabólicas também virou alvo dos ecologistas. De fato, a atividade garimpeira causou grande impacto à vida dos rios Água Suja e Sararé, poluindo e assoreando seus leitos e, pior, contaminando por mercúrio, fartamente usado em garimpos de *baixão*, como os que funcionavam na área indígena. Como o ouro é fino, usa-se o mercúrio ou *azougue*, na linguagem dos garimpeiros, para facilitar sua coleta. Os resíduos ficam na água.



No garimpo do 'Zé Luiz' pouco sobrou após a visita dos soldados da Polícia Militar



No 'Viúva', os garimpeiros continuaram trabalhando porque a área é de um particular

'Viúva' resiste, cercado pela polícia

Nem todos os garimpos do entorno da área indígena foram desativados. Um deles, o da *Viúva*, até quinta-feira passada funcionava a pleno vapor e a 15 minutos de barco da barreira montada pela PM e pelos agentes do Ibama e da Polícia Federal. "Nós estamos aqui para cumprimento da liminar da Justiça Federal que é restrita aos limites da área indígena. O garimpo da *Viúva* é em área particular e nós estamos esperando orientação para agir", disse um agente do Ibama que pediu para não ser identificado. Os guardas do instituto e a Polícia Federal chegaram à área dois dias depois da operação da PM e entraram nos garimpos queimando e derrubando todos os barracos. No

meio na floresta, área devastada, a degradação, a poluição e os entulhos urbanos sobressaíram, formando um quadro desolador.

No garimpo da *Viúva*, jornalista é recebido com hostilidade. Mesmo diante da expectativa de fechamento, uns 50 garimpeiros davam duro em busca de ouro. Enquanto um trator de esteira revirava o cascalho, as dragas entravam em ação para separar a parte fina da grossa, onde está o ouro. Dali, segue para a caixa, onde é *resumido*. Um garimpeiro, que não quis dar o nome, protestou:

"A imprensa só fala em ecologia, meio ambiente. Crítica a gente. Somos trabalhadores. Ninguém vem

aqui arriscar e dar duro de graça. Precisamos sobreviver, tratar de nossas famílias. Se a gente não tirar o ouro, outro vem e tira. E as grandes empresas causam maior prejuízo ao ambiente do que os garimpeiros."

Mesmo o garimpo da *Viúva* deve fechar logo. Até porque pela barreira policial montada no rio Sararé, entrada dos garimpos, não passa nada relacionado à atividade. "A ordem é não deixar nada sem revistar e devemos ficar aqui por tempo indeterminado", disse um agente da PF. Do outro lado, dois solitários PM reclamavam das baixas diárias em relação aos federais. "Eles chegaram depois do serviço pronto", lamentavam.

Medo de índio todos têm

A ocorrência de ouro na região do Vale do Guaporé data das primeiras entradas dos bandeirantes, por volta de 1720. Mas, em março do ano passado, a notícia do *bamburro* (fartura e facilidade na extração do mineral) correu o país como rastilho de pólvora. Garimpeiros das mais diversas regiões, muitos dos quais com passagem por garimpos da Venezuela e da área dos índios ianomâmis, foram atraídos e contaminados pela febre do ouro. E se instalaram às margens dos Rios Água Suja (Norte) e Sararé (Sul), limites da área dos índios katitãnlus, subgrupo dos nambiquaras, começando por uma área de pesquisa mineral requerida pela mineradora Santa Elina Ind. e Com. Ltda., do empresário Paulo Brito, e tendo como amparo a recém-fundada Cooperativa Mista dos Garimpeiros do Vale do Guaporé.

Assim foram nascendo os garimpos do Zé Luiz, do Vantuil, do Tixico e da Viúva, todos eles próximos da reserva indígena. Daí para dentro da área foi um pulo, no exemplo dos garimpos Ferrugem I, Ferrugem II e Fofoca dos Índios, nos quais o ouro surgia em profusão. O formigueiro humano na região chegou à casa dos cinco mil, com cerca de 800 pares de máquinas

(dragas), na contabilidade dos garimpeiros.

No garimpo do Zé Luiz, referência ao nome do dono da fazenda, havia uma grande vila de barracos de pau-a-pique. Tinha de tudo: cantina, mercado de viveres, bares e prostíbulos, a menos de 500 metros da sede da fazenda, onde também seu dono montou uma cantina. *Mala*, proprietário de dragas, disse que na área dos índios é que dava mais ouro, embora de qualidade inferior, razão dos nomes *Ferrugem I e II*, dados aos garimpos, por causa da presença de minério de ferro. Indagado se os garimpeiros não tinham medo dos índios, ele respondeu: "Medo todo mundo tem. Mas são poucos índios para muitos garimpeiros. Num confronto, eles levariam a pior."

Mas não foi isso que ocorreu no *Fofoca dos Índios*. No início do ano, um grupo de guerreiros irrompeu no garimpo e por pouco não houve conflito armado, contou um funcionário da Funai. "Os índios botaram para correr mais de 200 garimpeiros, tomaram ouro e pegaram o que bem quiseram", contou o indigenista, pedindo para não ser identificado.



Amontoados no acampamento, garimpeiros esperam solução

Problema social se agrava

Os garimpeiros expulsos acampam na margem do rio Guaporé, a 800 m da cidade. Famintos e com os equipamentos parados, esperavam a definição da área prometida pelo governo. No sábado e domingo passados, os garimpeiros comeram só arroz e feijão. "Lá no garimpo, a gente comia muito bem. Não faltava carne. Não sei o que vai ser de nós", lamentava o piauiense Antônio Carvalho, com mulher e um filho de cinco anos.

Diante das ameaças de saque, rapidamente foi formada uma comissão de comerciantes locais, responsável por angariar ajuda para alimentar os garimpeiros. Luiz Carlos Brancher, da comissão e dono de uma casa de revenda de motores, relatava que

80% do comércio caíra com a desativação do garimpo.

"Em quatro dias gastamos cerca de 20 milhões para alimentar os garimpeiros. É um problema social grande e a comunidade de Pontes e Lacerda não suporta isso muito tempo."

Além da alimentação, outro problema: a saúde daquela massa de trabalhadores. Muitos não têm como tratar da malária, contraída em outros garimpos no Pará, Maranhão, em Roraima e Rondônia. O prefeito da cidade, Dauri Alves Mariano (PFL), procurado para falar sobre o problema, não se manifestou. Mesmo porque nos fins de semana e até em dias úteis ele costuma ir para uma de suas duas fazendas.